

# Um Olhar Midiático sobre a Venezuela no Mercosul

Giovanna Ayres Arantes de Paiva  
Jéssica Laine Santos de Paula Jacovetto  
Lívia Peres Milani  
Suzeley Kalil Mathias

**Como citar:** PAIVA, G. A. A. D. *et al.* Um Olhar Midiático sobre a Venezuela no Mercosul. *In* : THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.).

**Diálogos sul-americanos** : 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.291-311. DOI:  
<https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p291-311>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# CAPÍTULO I I

## UM OLHAR MUDIÁTICO SOBRE A VENEZUELA NO MERCOSUL

*Giovanna Ayres Arantes de Paiva*  
*Jéssica Laine Santos de Paula Jacovetto*

*Lívia Peres Milani*  
*Suzeley Kalil Mathias*

### INTRODUÇÃO

O texto a seguir é resultado da análise das fontes produzidas a partir do Informe Venezuela, do Projeto de Extensão “Observatório de Política Exterior” – OPEX. A produção de fontes é feita a partir da consulta diária de jornais do país – no caso específico, a Venezuela –, cujas notícias de política exterior são classificadas por temas e resumidas semanalmente, resultando em um Informe que é repassado para listas de subscritores e publicado em alguns sítios acadêmicos. O OPEX existe há dez anos, embora o Informe Venezuela seja produzido desde março de 2013. A partir da avaliação destas fontes, complementadas com trabalhos acadêmicos sobre a Venezuela, as autoras acompanharam o processo que culminou na entrada

da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul), buscando fazer um balanço de como a mídia avaliou este processo.

A entrada da Venezuela como membro-pleno no Mercosul foi oficializada no dia 31 de julho de 2012, fechando um longo processo que teve início seis anos antes. A fim de compreender esse processo e como a mídia nacional retratou-o, é necessário explorar o contexto político no qual ele se desenrolou, as relações entre os atores envolvidos – no caso, entre Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela –, a própria política externa venezuelana e sua concepção de integração regional. Ademais, conhecer a realidade interna do país e as mudanças políticas e econômicas pelas quais vem passando mostra-se relevante para a compreensão da forma pela qual a mídia venezuelana retrata esse contexto.

A Venezuela enfrentou uma série de impasses políticos para finalmente conseguir ingressar no bloco sul-americano. Pode-se dizer que o principal deles foi as turbulências na relação com o Paraguai. Esta a razão de somente após a suspensão desse país do Mercosul, com a justificativa de ter rompido a cláusula democrática do bloco (impedimento de Lugo sem respeitar os procedimentos de ampla defesa), a Venezuela foi aceita como membro-pleno. A efetiva entrada do país no bloco foi exaltada pelo então presidente, Hugo Chávez, bem por setores da opinião pública que apoiam a política do mandatário, enquanto largos setores da sociedade questionaram esse ingresso, argumentando que o país teria que enfrentar as rivalidades e assimetrias econômicas dos demais países-membros.

Importa levar em conta, ademais, na análise do processo de ingresso da Venezuela no Mercosul que a iniciativa deste bloco resulta em um entre muitos caminhos de integração que tem pautado, desde a independência dos países latino-americanos no século XIX, a construção não apenas de blocos regionais que objetivam inserção no sistema internacional, mas também representam a própria constituição identitária da região e de cada um dos países que a conformam.

Para atingir os objetivos deste trabalho, dividiu-se o texto em duas partes. Na primeira, acompanha-se em linhas gerais a relação entre o projeto de integração dos países sul-americanos, em especial o Mercosul, com a política externa venezuelana. Em seguida, destaca-se o processo que

culminou na efetiva entrada da Venezuela no Mercosul, com ênfase sobre as restrições do Paraguai a este ingresso. Na segunda parte, resume-se como os diários venezuelanos consultados pela equipe do OPEX apresentam a incorporação da Venezuela ao Mercosul, buscando apontar o quanto estes jornais se aproximam ou não da política externa levada à cabo pelo governo venezuelano.

#### **A INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA E A POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA**

Em 2005, a Venezuela requisitou aos países do Mercosul sua adesão plena a este bloco econômico. Esta decisão foi motivada por uma mudança em sua estratégia de inserção internacional e em sua interpretação de integração regional, as quais foram decorrentes da ascensão de Hugo Chávez ao poder, em fevereiro de 1999. Para compreender a postura venezuelana é necessário considerar que existem diversas concepções de integração regional na América do Sul, e que uma nova perspectiva sobre o tema vinha se desenvolvendo na Venezuela desde o início do governo Chávez.

Desde os processos de Independência, no século XIX, a ideia de erigir uma América unida esteve presente, o que gerou várias tentativas de coordenação política e econômica. A integração já era defendida por Simon Bolívar, o qual apontava para a necessidade da formação de uma Confederação que unisse diversos países americanos de colonização espanhola. Apesar do insucesso desta proposta de Bolívar, a ideia de cooperação na região manteve-se durante os séculos XIX, XX e XXI (PÁDUA, 2012, p. 20), enquanto, ao menos até a Segunda Guerra Mundial, a concertação ocorria principalmente em âmbito continental, com a presença dos EUA e com a realização de Conferências Pan-Americanas.

A partir do final da Segunda Guerra, a Comissão Latino-Americana para a América Latina (Cepal), criada em 1948, começou a defender que a integração da América Latina deveria constituir-se em um caminho para promover o desenvolvimento econômico. A Cepal argumentava que deveria existir uma coordenação das políticas de industrialização e que se deveria pensar em longo prazo, buscando promover o desenvolvimento homogêneo de toda a região latino-americana. Neste sentido, em 1960, foi criada a Associação Latino-americana de Livre Comércio (Alalc).

De acordo com Pádua, o sucesso da Alalc foi obstaculizado por uma política econômica protecionista, pelas burocracias estatais e pela fragilidade das economias da região (PÁDUA, 2012, p. 31). Nesse período, além da Alalc, pode-se citar a criação do Grupo Andino, em 1969, o qual, apesar de alguns avanços, também encontrou dificuldades para promover a integração.

Na década de 1990, a concepção de integração regional desenvolvimentista, apresentada pela Cepal, começou a ser questionada. Nesse período, foram adotadas políticas de cunho neoliberal na maior parte da América Latina, o que levou à defesa de uma política econômica de menor intervenção estatal na economia e ao questionamento da visão desenvolvimentista presente até então.

Essa nova política econômica influenciou as formas de integração regional na América do Sul. A própria Cepal elaborou um novo conceito sobre a integração, chamado regionalismo aberto, o qual propunha a combinação entre a abertura econômica defendida pelos novos governos da região e a integração bilateral e regional, que deveria ter como foco os aspectos econômicos e a abertura do mercado regional (CERVO, 2008, p. 77-79). Segundo Pádua (2012, p. 38), a Cepal não abandonou o desenvolvimentismo, mas passou a entender que “[...] a consecução do desenvolvimento da região deveria vir por meio da abertura dos mercados e pela liberação comercial e não mais pelo fomento à industrialização desses países.”

Paralelamente ao desenvolvimento desse cenário, no contexto de abertura econômica generalizada, foi criado o Mercosul (1991) como desdobramento das ações argentino-brasileiras iniciadas em 1885 –, e relançado o Pacto Andino, agora sob o título de Comunidade Andina de Nações (CAN), em 1996. Ambos os blocos passaram a guiar-se pelo chamado regionalismo aberto,<sup>7</sup> privilegiando a integração comercial ao invés daquela estrutural que respondia ao desenvolvimentismo (CORAZZA, 2006). Da mesma forma que o lançamento do Mercosul fundamentou-se na vontade política dos presidentes Sarney e Alfonsín, o relançamento da CAN ocorreu a partir da vontade política dos governos de Cesar Gaviria,

---

<sup>7</sup> Conforme Corazza (2006, p. 147-148), o conceito de regionalismo aberto proposto pela Cepal, busca conciliar duas variáveis aparentemente opostas: regionalismo – que indica um espaço circunscrito – e aberto – o oposto da circunscrição, mas que busca abarcar o ilimitado. Com este conceito, busca-se, portanto, apontar que o regionalismo é parte e primeiro passo para atingir a utopia do liberalismo global, com isso apontando que os países que o adotam estão cumprindo as solicitações do processo de globalização econômica então em curso.

na Colômbia, e Carlos Andrés Pérez, na Venezuela (CASTILLO, 2011, p. 99). Ambos os governos estavam promovendo reformas econômicas no interior de seus países, de forma a proporcionar mecanismos para facilitar a abertura e fomentar o comércio internacional, pois acreditavam que assim alcançariam uma condição econômica melhor para seus cidadãos.

Historicamente, a Política Externa da Venezuela pautou-se por sua condição de país exportador de petróleo, com grandes ligações econômicas e dependência comercial relativamente aos Estados Unidos. O governo de Pérez não foi diferente, e sua estratégia de voltar-se às regiões caribenha e andina, bem como a defesa de uma integração principalmente comercial, era fosse condizente com a priorização das relações com os EUA (SARAIVA; RUIZ, 2009, p. 157).

As políticas neoliberais e o regionalismo aberto, todavia, não tiveram sucesso na promoção do desenvolvimento regional com equidade social. Ao contrário, o resultado de tais políticas econômicas foi a piora dos indicadores sociais e o aumento da vulnerabilidade às crises externas. Segundo Pádua, essa situação gerou reivindicações populares e levou a uma onda de nacionalismo. Assim, o neoliberalismo passou a ser contestado em diversos países da região e houve uma ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda, principalmente a partir do início da década de 2000. Neste contexto, pode-se citar os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil; Néstor Kirchner, na Argentina; Tabaré Vázquez, no Uruguai, e Hugo Chávez, na Venezuela. Entretanto, o mesmo não aconteceu na Colômbia, cujo governo permaneceu nas mãos de governos neoliberais e pró-estadunidenses.

Na Venezuela, a ascensão do governo de Hugo Chávez provocou mudanças bruscas nas políticas interna e externa. Internamente, rompeu-se com a forma de democracia pouco representativa vigente desde a assinatura do Tratado de *Punto Fijo*, em 1958, que instituía um pacto entre as elites segundo o qual os dois principais partidos políticos se revezariam no exercício do poder (PÁDUA, 2012, p. 158). O governo Chávez representou o enfraquecimento das instituições políticas e o surgimento de um socialismo militarizado em razão justamente do fracasso do pacto constituído 30 anos antes (PÁDUA, 2012, p. 42). Com sua ascensão ao poder, Chávez pode romper definitivamente com as políticas neoliberais e pro-

mover uma nova forma de desenvolvimento, centrada na priorização do papel do Estado e nas políticas sociais de governo (SERBIN, 2008).

Chávez buscou compartilhar com seus concidadãos sua visão maniqueísta do mundo. Esta, no plano interno significava a polarização entre aqueles que apoiavam a revolução bolivariana (ou os pró-Chávez) e os setores da oposição. Já no plano externo regional, dividia os países pró-EUA e, conseqüentemente, a favor do processo de globalização então em curso, e os países contrários a esta postura. Nas palavras de Serbin, Chávez:

[...] conseguiu dividir seu entorno próximo e acessível em dois polos claramente confrontados: de um lado, os revolucionários bolivarianos e seus aliados em diversos países, que lutam contra as desigualdades características da América Latina e do Caribe, contra o neoliberalismo, contra a unipolaridade da hegemonia norte-americana e contra a globalização; do outro, as elites aliadas aos interesses de Washington e às grandes corporações, e sua aspiração de manter um status quo de concentração de renda e pobreza. (2008, p. 118).

No contexto internacional, Chávez possuía aspirações ambiciosas, tendo entre seus objetivos a consolidação de um mundo multipolar e a integração plena da América Latina, de forma a transformar a região em um polo de poder mundial (SERBIN, 2008, p. 127). Nesse sentido, a Política Externa levada a cabo pelo presidente venezuelano baseava-se na confrontação com os Estados Unidos, que são vistos como a principal ameaça à América Latina. Já a estratégia de inserção internacional da região, especialmente do país andino, fundamentava-se no crescimento da militarização, com a compra de armamentos de países não-alinhados aos EUA, sustentadas por hipóteses de conflito com os EUA e com a Colômbia.

Por conseguinte, comparada aos 50 anos anteriores, a concepção venezuelana sobre a integração regional sofreu transformações importantes. O novo governo pretendia colocar um fim à dependência comercial aos Estados Unidos e criticava o aspecto neoliberal da CAN, afirmando a necessidade de que a integração regional abarcasse outras áreas. Pode-se, portanto, ressaltar que o governo de Chávez defendia uma concepção de integração regional holística, na qual se enfatizavam principalmente os aspectos políticos capazes de promover maior autonomia regional com relação aos EUA. De acordo com Castillo (2011, p. 96), Chávez defendia

uma integração cujos pilares estavam nos âmbitos político, militar e social, enquanto o econômico era colocado em segundo plano. Na mesma direção, Ruiz aponta que a política chavista

[...] seria o início da denominada *integração bolivariana*, que busca promover a equidade, a igualdade, a lealdade e a unidade de propósitos. Trata-se de um modelo que se propõe a transcender o econômico e comercial e que, ao invés disto, se propõe a coordenar as estratégias sociais, políticas, de segurança e as ações diplomáticas internacionais. (2010, p. 78, grifo do autor).

O principal objetivo da integração regional seria aumentar o poder da América Latina no cenário internacional. Para tanto, a Venezuela objetivava criar um

[...] bloco de poder que assegurasse aos países sul-americanos poder, autonomia, segurança e influência nos cenários globais. A dimensão econômica da integração passou a estar subordinada à política e era criticada por se considerar uma expressão do “neoliberalismo selvagem” que havia gerado um incremento da dependência regional e não havia podido superar a pobreza e a iniquidade na região. [...] Este seria o início da denominada “integração bolivariana”, que busca promover a equidade, a igualdade, a lealdade e a unidade de propósitos. (SARAIVA; RUIZ, 2009, p. 162).

Segundo afirmava Chávez, esta modalidade de integração não era novidade, mas representava a retomada das ideias de Simon Bolívar, que sempre defendera a criação de uma Confederação Latino-americana, de caráter eminentemente político. Assim, a proposta bolivariana representava uma contraposição ao projeto estudunidense de criar uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Por essa razão, e até representando um trocadilho, Chávez passou a se engajar na construção da Alba – Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América -, complementado pelo TCP – Tratado de Comércio dos Povos. De acordo com Ruiz (2010, p. 91), a Alba seria uma proposta de “nova modalidade de integração *não capitalista* baseada na solidariedade, reciprocidade e cooperação”, cujo objetivo seria combater a pobreza e a desigualdade social.



Com a nova postura da Venezuela, as divergências com a CAN vieram à tona, pois era patente o contraste entre a visão de mundo chavista, que considerava os EUA como uma ameaça imperialista na região e condenava a adoção de políticas econômicas neoliberais, e a perspectiva dos outros países da CAN, os quais viam nos Estados Unidos um aliado econômico bastante importante, e buscavam uma integração principalmente comercial tanto entre si quanto com as demais regiões do globo (CASTILLO, 2011, p. 101).

A partir da consolidação de Chávez no poder, as posturas de seu país distanciaram-se cada vez mais daquelas defendidas pela CAN, o que culminou com a saída da Venezuela do bloco regional em 2006, particularmente porque a Colômbia e o Peru estavam negociando um Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos. Importa informar que o distanciamento da CAN foi paralelo e concomitante ao processo de criação da Alba e de aproximação ao Mercosul (MATHIAS; PÁDUA, 2011, p. 72).

Apesar de iniciado em um contexto neoliberal e privilegiado a economia e o comércio em seus primeiros anos de existência, naquele período, o Mercosul passava por um processo de reformulação. Em 2003, o cenário político interno dos dois maiores sócios do bloco, Brasil e Argentina, alterou-se com o início dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner. De acordo com Saraiva (2012, p. 120), a partir de então o caráter economicista do bloco passou a ser questionado, e as dimensões social e política passaram a ser mais valorizadas. Assim, Chávez passou a ver os governos de Lula e Kirchner como proporcionando uma mudança importante ao Mercosul, que se tornaria uma alternativa aos processos de integração neoliberais.

Deve-se, entretanto, ressaltar que apesar de Lula e Kirchner apresentarem-se como governos críticos ao neoliberalismo e mais à esquerda, há diferenças importantes entre a concepção de mundo destes governos e a de Chávez. Para resumir, pode-se dizer que enquanto os dois primeiros representam uma visão moderada e reformista, o segundo defende uma postura mais radical, socialista e revolucionária em contraposição à capitalista democrática. Ademais, a agressividade da política externa venezuelana também não parece ser compatível com o Mercosul, pois Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai tem buscado manter relações cordiais com os EUA

Em síntese, Chávez entende o Mercosul como uma possível plataforma de combate ao neoliberalismo, mas defende uma reforma do mecanismo de integração. O presidente venezuelano defende uma ampla reformatação do bloco, de modo a torná-lo um mecanismo a serviço dos povos. De acordo com Saraiva e Ruiz (2009, p. 162-163), essa proposta não tem sido bem aceita pelos outros membros do bloco, e foi vista inclusive como pouco diplomática, devido à condição venezuelana de ser um país em processo de adesão completa ao bloco. Mas, mesmo assim, conforme defende Ruiz (2010, p. 78-79), apesar de diferentes concepções, a entrada da Venezuela no Mercosul poderia trazer importantes vantagens ao bloco, uma vez que aumentaria o mercado interno, fortaleceria a relevância do Mercosul em termos energéticos e estenderia o alcance geográfico do Mercosul, incorporando fronteiras até o Mar do Caribe.

Apesar das divergências, a concepção de mundo chavista estava mais próxima ao Mercosul do que com CAN. Por essa razão, a Venezuela tornou-se membro associado do Mercosul em 2004, e solicitou sua plena adesão ao bloco já em 2005. No ano seguinte, isto é, em 2006, houve a assinatura do Protocolo de adesão da Venezuela ao Mercosul, cuja ratificação pelos congressos de todos os quatro países do bloco era condição *sine qua non* da plena participação venezuelana no bloco. No entanto, apenas Argentina e Uruguai o fizeram com a celeridade necessária, enquanto Brasil e Paraguai permaneceram reticentes.

### **IMPASSES À ENTRADA DA VENEZUELA NO MERCOSUL**

O Brasil e o Paraguai posicionaram-se contrários à entrada da Venezuela ao Mercosul como membro pleno em razão principalmente do que entendiam como contradições na política do país que poderiam afetar o modelo de integração proposto originalmente. Todavia, enquanto a resistência brasileira estava no Congresso, divergindo das posturas presidenciais e do Itamaraty que apoiavam a entrada venezuelana; no Paraguai a resistência ao ingresso do país andino era um dos raros consensos entre o legislativo e o executivo.

Segundo Ruiz (2010, p. 93), Chávez teria solicitado a inserção da Venezuela no bloco baseado em três pilares de sua política externa: luta

contra a ordem unipolar, transformada nos anos recentes em anti-imperialismo; rejeição ao neoliberalismo, que se converteu em anti-capitalismo, e promoção da integração bolivariana. Os países-membros possuíam uma opinião convergente a respeito da Alca, o que fazia com que Chávez acreditasse que poderia impor o modelo bolivariano dentro do Mercosul, e fez com que os países passassem a se questionar se a Venezuela estava realmente preparada para ingressar no bloco.

Outro motivo alegado pelo Paraguai e que entrou a plena entrada da Venezuela ao Mercosul, foi o entendimento de que este país vivia certa instabilidade política e uma espécie de autoritarismo, o que poderia conflitar com a cláusula democrática do Mercosul. Conforme Bijos e Cavalcante (2013, p. 17), no plano interno havia uma busca constante de formação de um único partido unificado, com a clara intenção de perpetuação de Hugo Chávez no poder, o que se chocava com as instituições do Mercosul.

No tratado de Assunção não havia referências à democracia até 1996. Nesta data, foi proposta a Lei de Caducidade, relativa aos crimes da ditadura, no Uruguai, o que foi tomado pelos países vizinhos como indicativo de que um golpe de Estado estaria em curso. Isso causou preocupação nos membros do bloco e estimulou-os a desenvolver o compromisso democrático. Então, em julho do mesmo ano, os países assinaram a Declaração sobre o Compromisso Democrático, na qual os presidentes reafirmaram sua plena adesão aos princípios e às instituições democráticas, ao Estado de direito, ao respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais do indivíduo (FARIA; KALKI, 2013, p. 190). Este compromisso foi incorporado formalmente ao Tratado de Assunção com a conclusão do Protocolo de Ushuaia, que entrou em vigor em 2002. Segundo Herz (apud FARIA; KALKI, 2013, p. 190), o caráter democrático dos governos dos países-membros do bloco é relevante, pois o modelo de integração da região foi resultado e resultante de seus processos de redemocratização.

Até julho de 2012, os congressos de Brasil e Paraguai não tinham ratificado a adesão plena da Venezuela ao Mercosul alegando justamente que o país andino, apesar de promover eleições periódicas e possuir projetos de inclusão social, não respeitava plenamente a clausura democrática, pois o supremo mandatário do país estava à frente do governo há mais de 10 anos, enquanto democracia supõe primeiramente a alternância no

poder. Em julho de 2012, entretanto, com a suspensão do Paraguai, justamente por descumprimento àquela clausura, a Venezuela foi plenamente incorporada ao Mercosul.

Para entender o que ocasionou a crise paraguaia, é necessário re-tomar alguns fatos: a eleição do ex-presidente Fernando Lugo, em 2008, foi um marco na história paraguaia, pois rompeu com décadas de liderança do Partido Colorado. Lugo teve apoio dos movimentos sociais, uma vez que tinha um programa político voltado à reforma agrária, à renegociação do projeto de energia da usina de Itaipu, e por um sistema de seguridade social mais abrangente. Ademais, Lugo tentou governar de forma a promover a restauração institucional; impediu a instalação de uma base militar estadunidense em território paraguaio; conquistou junto ao governo brasileiro a renegociação do preço da energia de Itaipu binacional; e através do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), implementou uma agenda de obras de infra-estrutura para o país.

A política praticada por Lugo conflitava com interesses de setores dominantes do país, o que implicou em rápida perda de apoio institucional para o mandatário. Além do mais, Lugo não buscou e até desdenhou sustentação nas Forças Armadas. Condizente com seu projeto político, em 2009, o presidente trocou a cúpula militar e encerrou um projeto de cooperação militar com os EUA, além de impedir, pouco depois, a instalação de uma base militar estadunidense em território paraguaio (PINTO, 2012, p. 9).

Pelas ações descritas, em 21 de junho de 2012, a oposição, liderada pelos Colorados, iniciou o processo de impedimento do presidente Lugo, sob a acusação de má gestão, cuja justificativa estava em não dar ouvidos à oposição e em relacionar-se com os movimentos sociais e organizações de esquerda. A base para o processo de impeachment estava no artigo 225 da Constituição, que determina:

O Presidente da República, o Vice-presidente, os Ministros do Poder Executivo, os Ministros da Suprema Corte de Justiça, o Fiscal Geral do Estado, o Defensor Público, o Controlador Geral da República, o Sub-controlador e os integrantes do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, poderão ser submetidos a juízo político somente por mal desempenho de suas funções, por delitos cometidos em exercício de seus cargos ou por delitos comuns. A acusação será formulada pela Câmara de Deputados, por maioria de dois terços. Caberá à Câmara de Senadores,

por maioria absoluta de dois terços, julgar em juízo público os acusados pela Câmara de Deputados, e no caso de os declarar culpados, serão apenas exonerados de seus cargos. Nos casos de suposta existência de delitos, os antecedentes serão passados à justiça comum.<sup>8</sup>

De acordo com Faria e Kalki (2013, p. 189), a acusação foi sustentada por seis parlamentares, um dos quais do partido do governo, o PLRA, baseada em cinco acusações de mal gestão governamental, cujo fato culminante foi o confronto entre policiais e trabalhadores sem terra, ocorrido em Curuguaty, em 15 de junho de 2012, que resultou na morte de dezessete pessoas entre policiais e camponeses. Segundo os parlamentares, tal evento fora promovido pelo próprio Lugo, que apoiava as organizações contra a propriedade privada.

O congresso paraguaio precisou de menos de 24 horas para determinar o impedimento de Lugo e a confirmação de seu vice, Federico Franco, na Presidência do país. Com isso, os parceiros do Mercosul, liderados pelo Brasil, suspenderam o país do bloco, alegando que o processo de impedimento do presidente Lugo não respeitou as regras de ampla defesa, não apenas contidas nos tratados do Bloco, como também na própria Constituição paraguaia.

Novamente sob liderança brasileira, promoveu-se a incorporação plena da Venezuela ao Mercosul, em votação que não contou, por sua suspensão, com a presença do Paraguai (MACHADO, 2012). Outros países, inclusive do próprio bloco, expressaram seu desconforto quanto ao procedimento adotado. No entanto, e a despeito das representações do Paraguai junto às organizações internacionais, as tentativas de reversão não foram suficientes para vetar a entrada plena da Venezuela ao Mercosul.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Artículo 225 - El Presidente de la República, el Vicepresidente, los ministros del Poder Ejecutivo, los ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, sólo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes. La acusación será formulada por la Cámara de Diputados, por mayoría de dos tercios. Corresponderá a la Cámara de Senadores, por mayoría absoluta de dos tercios, juzgar en juicio público a los acusados por la Cámara de Diputados y, en caso, declararlos culpables, al sólo efecto de separarlos de sus cargos. En los casos de supuesta comisión de delitos, se pasarán los antecedentes a la justicia ordinaria. PARAGUAY. Constitución de La Republica de Paraguay. Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/sp\\_pry-int-text-const.pdf](http://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/sp_pry-int-text-const.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2013. Tradução das autoras.

<sup>9</sup> O entrevero não ficou apenas no discurso de agravo do Paraguai quanto à entrada plena da Venezuela ao Mercosul, mas implicou na retirada dos funcionários da embaixada da Venezuela no Paraguai e vice-versa. Ademais, o Paraguai recorreu ao Tribunal de Revisão do Mercosul (Protocolo de Olivos), tendo como tema tanto sua suspensão do bloco quanto a incorporação plena da Venezuela ao mesmo. Cf. MACHADO, 2012.

Pouco depois, em março de 2013, Hugo Chávez falece e é substituído por Nicolás Maduro, eleito no dia 14 abril. Assim que chega ao poder, Maduro faz declarações acerca da integração, prometendo manter o perfil de Chávez, enquanto que no Paraguai, quem assume a presidência é Horacio Cartes, no dia 21 do mesmo mês.

A entrada da Venezuela no Mercosul causou uma série de discussões, até mesmo a possibilidade de ser um golpe promovido por Brasil e Argentina. Todavia, no dia 12 de julho 2013, a situação agravou-se, pois a presidência pró-tempore do Mercosul – que estava com o Uruguai – foi entregue a Maduro. O primeiro assunto tratado pelo mandatário como presidente do bloco sul-americano foi a questão do afastamento do Paraguai. Com isso, o país guarani se recusa a voltar ao bloco, ao mesmo tempo que enfatiza que a Venezuela não pode ser membro pleno do Mercosul na medida em que tal incorporação jamais fora aprovada pelo Congresso paraguaio. Permanece, portanto, o impasse.

#### AS POSIÇÕES DA MÍDIA

Os periódicos venezuelanos *Correo del Orinoco*, *El Universal* e *Últimas Noticias*, cada um a seu modo, publicam notícias que permitem ter uma visão dos atos que guiam a política externa da Venezuela. O *Correo del Orinoco*, como o próprio jornal se define, é parte da história do jornalismo venezuelano, tendo sido renovado pelo próprio ex-presidente Hugo Chávez, desde agosto de 2009, o que promoveu uma nova tradução para o que era entendido por tradicional no país andino. Atualmente, o jornal conta com uma edição de 50 mil exemplares diários que circulam nacionalmente. Esse periódico forma parte do Sistema Nacional de Meios Públicos e, desde 2010, conta com uma edição em inglês (*Correo del Orinoco International*).<sup>10</sup> Já o *El Universal*, tem cerca de 104 anos de história e declara-se comprometido com o país, com a democracia e com a verdade<sup>11</sup>. O *Últimas Noticias* foi fundado em Caracas, em 1941, por um

<sup>10</sup> Correo del Orinoco obtiene Premio Nacional de Periodismo 2013. *Correodel Orinoco*, Caracas, 5 jun. 2013. Tema del día. Disponível em: <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/tema-dia/correo-orinoco-obtiene-premio-nacional-periodismo-2013/>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

<sup>11</sup> 104 años de historia. *El Universal*, Caracas, 11 jun. 2013. Editorial. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/opinion/130611/104-anos-de-historia>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

grupo de esquerda.<sup>12</sup> O próprio periódico ressalta que trabalha pela pluralidade, equilíbrio e imparcialidade.<sup>13</sup>

Ao analisar as notícias sobre o Mercosul que foram publicadas nesses periódicos, nota-se que a Venezuela procurou aproximar-se do bloco ao fazer acordos bilaterais com cada um dos países-membros, além de tentar uma reaproximação com o Paraguai. A Venezuela também buscou exercer sua influência no âmbito regional, participando de órgãos, fóruns, e reuniões do Mercosul. O país bolivariano ainda buscou aproximar esse bloco dos demais blocos dos quais já participa, como a Alba e do Caricom.

Observando-se os periódicos, percebe-se que o presidente Nicolás Maduro preocupou-se em reforçar os laços com Argentina, Brasil e Uruguai, bem como reestabelecer a relação com o Paraguai. Conforme noticiado no *Correo del Orinoco*, o ministro das Relações Exteriores venezuelano, Elías Jaua, ressaltou que as portas do Mercosul estão abertas ao Paraguai, em um exemplo do esforço que o país andino vem fazendo para soldar a relação dos países do bloco.

Em maio de 2013, os jornais analisados já noticiavam o encontro de Maduro com a presidente argentina, Cristina Kirchner, a fim de assinar tratados de cooperação estratégica nas áreas de agricultura, alimentação, comércio, economia, tecnologia e petróleo, além de discutirem temas relativos ao Mercosul. É visível que o país já possuía interesse em aproximar-se da Argentina para fortalecer as relações bilaterais com o país e, consequentemente, destacar-se no âmbito do Mercosul. Ainda em maio, a imprensa ressaltou a posição do chanceler Elías Jaua, que destacou as viagens que o presidente Maduro fizera ao Brasil, Argentina e Uruguai como forma de reforçar a união regional no âmbito do bloco.

Outro assunto também destacado pelos jornais foi o apoio venezuelano à Bolívia no Mercosul. De acordo com o *Correo del Orinoco*, a Venezuela não só foi favorável ao protocolo de adesão da Bolívia ao bloco como também criticou a atitude europeia de impedir que o presidente boliviano, Evo Morales, sobrevoasse seus territórios. Essa última postura foi

<sup>12</sup>La marca Últimas Noticias. *Últimas Noticias*, Caracas. Quiénes somos. Disponível em: <<http://www.ultimas-noticias.com.ve/lamarca.aspx#ixzz2lEhVJsZl>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

<sup>13</sup>Quéés [www.ultimasnoticias.com.ve](http://www.ultimasnoticias.com.ve). *Últimas Noticias*, Caracas. Quiénes somos. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/que-es-un.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

corroborada pelos demais membros do Mercosul, que acordaram em chamar para consulta seus embaixadores na Espanha, França, Itália e Portugal em razão das decisões desses países que obrigaram o avião em que viajava Morales a alterar sua rota. Os jornais *Correo del Orinoco* e *El Universal* ainda destacaram em detalhes o discurso de Maduro no Mercosul sobre o reconhecimento do direito universal ao asilo político e a crítica à espionagem estadunidense.

No âmbito regional, o *Correo del Orinoco* noticiou que a Venezuela reforçou seu compromisso de favorecer a integração latino-americana, defendendo os interesses econômicos, ambientais e culturais da região. Além disso, a imprensa do país destacou a participação da Venezuela em diversos órgãos do Mercosul. Os jornais *Correo del Orinoco* e *Últimas Noticias*, por exemplo, ressaltaram a participação da presidente do Supremo Tribunal de Justiça venezuelano, Gladys Gutiérrez, durante reunião de ministros da Justiça do Mercosul e Estados Associados, quando se firmou acordo sobre a proibição da tortura e outros atos desumanos. Gutiérrez ressaltou o papel exercido pela Venezuela de impulsionar o desenvolvimento de iniciativas em busca da consolidação da integração econômica, social e política do bloco.

Em junho, o *Correo del Orinoco* destacou que a ministra da Saúde venezuelana, Isabel Iturria, assumiu a presidência pro tempore do Conselho de Saúde do Mercosul, e já no dia 28 do mesmo mês, durante a XV Reunião Especializada do Mercosul, a fiscal-geral da República venezuelana, Luisa Ortega Diaz, assumiu a presidência pro tempore dos Ministérios Públicos do bloco. Todos esses fatos, que mostravam crescimento do poder do país no bloco, foram noticiadas de forma simples, em nota, sem maiores detalhes. Isso pode indicar, por um lado, que os venezuelanos não queriam destacar sua real participação no Mercosul, quiçá por temerem ser avaliados como “imperialistas”. Por outro lado, tal reação pode ser analisada como falta de perspectiva (ou importância) que o país atribui ao bloco.

A imprensa realmente voltou sua atenção para o Mercosul quando a Venezuela assumiu a presidência pro tempore do bloco, que até então estava sob o comando do presidente uruguaio, José Mujica. O *Correo del Orinoco* destacou o discurso de Jaua, o qual lembrou que o bloco ganharia maior dinamismo com o comando de Maduro, cujas metas são impulsionar a alfabetização e os planos sociais. Ou seja, deu-se destaque para a inte-



gração social, e não apenas econômica. Nesse sentido, parece que as reservas dos países do Mercosul relativamente aos reais interesses da Venezuela se incorporar ao bloco, eram fundamentadas: a presença deste país indica uma mudança no próprio entendimento da integração, que passa a ser um mecanismo de impulso à arena social do bloco.

Esses dois âmbitos – social e econômico – foram os mais ressaltados pela mídia do país, também para apontar que a iniciativa integrativa não pode resumir-se ao seu caráter comercial. Nesse sentido, o Mercosul estaria voltado para a integração social entre os países-membros e o estreitamento das relações econômicas com outros blocos. O âmbito social ganhou relevância na imprensa, visto que *Correo del Orinoco* e *El Universal* enfatizaram o posicionamento de Maduro de impulsionar medidas voltadas para a educação, saúde e alimentação. Ademais, o *Correo del Orinoco* noticiou a ênfase venezuelana ao Mercosul Indígena, ressaltando que este é um projeto que transcende o comercial e visa o econômico, o produtivo, o social e a integração cultural entre os povos. O documento de lançamento do Mercosul Indígena (*Declaración de Ciudad Bolívar de los Pueblos Indígenas del Mercosur*) cita justamente que o Mercosul é um bloco de integração que visa a adequação aos novos tempos e deve incluir os historicamente excluídos.

No âmbito econômico, o *Correo del Orinoco* destacou que, segundo o chanceler Jaua, o governo venezuelano tem uma agenda com o objetivo de aproximar o Mercosul dos blocos que o país já faz parte, como a Alba e o Caricom. Já o *El Universal* noticiou o discurso do presidente Nicolás Maduro, no qual ele defendia a criação de uma Zona Econômica Especial no bloco, destacando a importância de acordos de desenvolvimento comercial complementar entre o Mercosul e a Alba. Os três periódicos mencionados deram destaque à declaração o ministro venezuelano de Petróleo e Mineração, Rafael Ramírez, o qual sublinhou que o Mercosul, juntamente com a Petrocaribe e a Alba, são mecanismos para fazer frente à globalização e à crise do capitalismo.

Desse modo, o que se pode perceber observando a imprensa da Venezuela é que a agenda do presidente Nicolás Maduro está voltada para a integração social e econômica entre os países-membros, e também entre o Mercosul e outros blocos. A Venezuela também faz parte da Alba e do

Caricom, e nesse sentido, tais blocos foram lembrados por Maduro e pela imprensa venezuelana. Assim, a entrada no Mercosul seria uma forma de complementar a integração regional do país mais do que parte de uma estratégia de fortalecimento de estratégias comerciais da região, aparentemente o principal objetivo do Mercosul desde sua formação.

Cabe lembrar que embora haja bastante convergência de análise sobre a incorporação da Venezuela ao Mercosul, os diários conflitam na apresentação desta análise, o que parece estar relacionado com a proximidade ou não destes jornais ao governo de Maduro. Assim, o *Correo del Orinoco*, até mesmo por ser um periódico mais ligado ao governo, foi o jornal que mais publicou notícias sobre a relação da Venezuela com o Mercosul.

Já *El Universal*, apresentou uma visão mais crítica da oficialização da entrada do país no bloco. Em matéria intitulada “Empresários venezuelanos veem com reserva entrada no Mercosul” e também em “Empreendedores estão preocupados com as ‘assimetrias’ entre Brasil e Argentina”, há críticas à própria Venezuela e ao Mercosul, como o fato do ex-presidente Hugo Chávez não ter consultado os empresários venezuelanos antes de se decidir pela assinatura do protocolo de adesão (WEISSHEIMER, 2006). *El Universal* ainda publicou um artigo de opinião que corrobora a crítica. Intitulado “O que a Venezuela ganha com o Mercosul?”, o artigo ressalta a desigualdade entre os países-membros e questiona se a Venezuela e seus empresários estão de fato preparados para competir com ou outros membros do bloco (OLIVEIROS, 2012).

Também assumindo uma postura crítica, o *Últimas Noticias* destacou o impasse da Venezuela com o Paraguai e as diferenças comerciais entre Brasil e Argentina na reportagem “Venezuela assume presidência do Mercosul”<sup>14</sup>. O jornal lembrou que o ex-presidente Hugo Chávez ressaltava o Mercosul como um projeto geopolítico que beneficia todos os povos, a maior oportunidade histórica da Venezuela em 200 anos, e uma locomotiva para acelerar o desenvolvimento do país. Entretanto, o periódico também mostrou que um dos desafios do bloco é justamente vencer as assimetrias entre os países-membros. O periódico ainda mostrou a opinião da oposição venezuelana, nas palavras de Henrique Capriles, que destacou que o ingresso

<sup>14</sup> Venezuela assume presidência del Mercosur. *Últimas Noticias*, Caracas, 5 jul. 2013. Mundo. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/mundo/venezuela-asume-presidencia-del-mercotur.aspx#ixzz2lsEvK2LF>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

no Mercosul não ajudará a melhorar a qualidades de vida dos cidadãos venezuelanos, visto que o país ainda importa praticamente tudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrada da Venezuela no Mercosul é um reflexo da política externa que o país vem desenvolvendo nos últimos anos, dando ênfase à integração regional e participação de blocos como a Alba, o Caricom e o próprio Mercosul. Essa política, exaltada por Chávez e seguida por Maduro, apesar de enfrentar as rivalidades internas, mostra-se como uma forma de contrapor-se aos EUA e reforçar mais uma vez o ideal bolivariano de um América Latina mais unida, pensamento tão enfatizado na era chavista.

Sabe-se que a Venezuela terá até 2016 para se adaptar às nomenclaturas e normas comerciais do bloco. Todavia, a mídia impressa já demonstra sua opinião acerca do assunto, por vezes exaltando a entrada do país no bloco e sua influência regional, mas também lembrando o contexto polêmico em que o país finalmente ingressou no bloco e os desafios que ainda estão por vir.

A imprensa venezuelana, talvez porque tem por objetivo maior informar e não analisar os fatos de política externa, não fornece aos leitores uma avaliação fundamentada do ingresso da Venezuela no Mercosul. Diferente, por exemplo, de alguns periódicos brasileiros, que buscam mostrar a proximidade de projetos como o de integração regional com aqueles defendidos pela CEPAL, e como isso pode implicar em ganhos ou perdas em prazos diversos, os jornais venezuelanos consultados não o fazem. O que sim é possível verificar na imprensa do país e a reprodução da polaridade que muitos analistas têm apontado como um novo padrão na política venezuelana.

Em outras palavras, é possível observar que a imprensa reflete a tendência dos grupos sociais em apoiar (Correio del Orinoco) ou se opor (El Universal) às políticas governamentais. No que se refere à política externa, considerando que esta é uma política muito mais de Estado do que propriamente governamental, seria de se esperar que a mídia apresentasse uma equidistância maior. No entanto, não é o que se percebeu ao fazer a pesquisa aqui apresentada.

Por outro lado, da mesma forma que a imprensa brasileira e de outros países da região, a política externa não é tratada com a importância que talvez ela mereça. Entende-se que em países como os sulamericanos, estruturalmente dependentes dos ventos mundiais, em especial àqueles que sopram desde os EUA, a forma como nossos países se coloca no âmbito internacional, as alternativas de posicionamento frente aos países centrais, bem como os caminhos de integração regional são fundamentais para a construção do futuro de tais nações, razão pela qual defende-se que a política externa deveria ser tema prioritário de todas as mídias.

Conforme pretendeu-se mostrar aqui, no entanto, a imprensa não dedica às temáticas da política externa o espaço que lhe corresponde em importância para o futuro de cada um de nossos países. Assim, o exercício aqui proposto, relativo ao ingresso pleno da Venezuela no Mercosul foi o exemplo escolhido para apontar que, aquém de qualquer discussão ideológica, a política externa, se bem seja essencial ao futuro de nossas nações, ainda é um “não tema” do jornalismo cotidiano. As autoras desse capítulo suspeitam que essa constatação tenha maiores consequências que a simples omissão midiática frente aos problemas: ela pode dar a falsa impressão que o externo não diz respeito às nossas vidas e construção do futuro.

## REFERÊNCIAS

- BIJOS, Leila; CAVALCANTE, Denis O. Reflexões a respeito da entrada da Venezuela no Mercosul. In: JORNADAS DE LA ASOCIACIÓN ARGENTINA DE HISTORIA DE LAS RELACIONES INTERNACIONALES: VEINTE AÑOS DE LA AAHRI, 14., 3-5 julio 2013, Buenos Aires. Digitado.
- CASTILLO, A. M. Venezuela: política e integración regional. *Cuadernos del Cendes*, Caracas, año 28, n. 78, p. 95-114, sept./dic. 2011. Tercera Época.
- CERVO, Amado. *Inserção internacional: a formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.
- CORREO del Orinoco obtiene Premio Nacional de Periodismo 2013. *Correo del Orinoco*, Caracas, 5 jun. 2013. Tema del día. Disponível em: <<http://www.correodelorinoco.gob.ve/tema-dia/correo-orinoco-obtiene-premio-nacional-periodismo-2013/>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

EL UNIVERSAL. 104 años de historia. *El Universal*, Caracas, 11 jun. 2013. Editorial. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/opinion/130611/104-anos-de-historia>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

FARIA, Juliana; KALKI, Zumbo C. G. *O processo de integração da Venezuela no Mercosul e suas implicações no âmbito regional e internacional*. [2013]. Disponível em: <<http://www.cedin.com.br/revistaelectronica/volume5/>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

LA MARCA Últimas Noticias. *Últimas Noticias*, Caracas. Quiénes somos. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/lamarca.aspx#ixzz2IEhVJsZI>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

MACHADO, Sarah. Crise Paraguaia: análise do jogo político e midiático. In: CONGRESO INTERNACIONAL, 3., Y SIMPOSIO DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 10., 2012, Buenos Aires. Digitado.

MATHIAS, Suzeley Kalil; PÁDUA, Adriana Suzart. Venezuela: qual democracia? *Cadernos PROLAM/USP*, São Paulo, v. 2, p. 69-88, 2011.

OLIVEIROS, B. Luis. Qué gana Venezuela com Mercosur? *El Universal*, Caracas, 9 jul. 2012. Opinión. Disponível em: <<http://www.eluniversal.com/opinion/120709/que-gana-venezuela-con-mercosur>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

ONG contabiliza 48 ataques contra liberdade de imprensa na Venezuela em abril. *O Globo*, Caracas, 26 abr. 2013. Mundo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/ong-contabiliza-48-ataques-contra-liberdade-de-imprensa-na-venezuela-em-abril-8224550#ixzz2m4baLMl0>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

PÁDUA, Adriana Suzart. *ALBA-TCP: uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

PARAGUAI. Constitución de la Republica de Paraguay. Disponível em: <[http://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/sp\\_pry-int-text-const.pdf](http://www.oas.org/juridico/mla/sp/pry/sp_pry-int-text-const.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2013.

PINTO, Rafael Cesar Ilha. O Mercosul, a cláusula democrática e a questão paraguaia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 3., 2012, Pelotas, RS. *Anais eletrônicos...* Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 2012. Disponível em: <[http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/dvd/documentos/gts\\_lleics/gt6rafael.pdf](http://www2.ufpel.edu.br/ifisp/ppgs/eics/dvd/documentos/gts_lleics/gt6rafael.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2013.

PRESIDENTE eleito do Paraguai rejeita voltar ao Mercosul com Venezuela na presidência. *Opera Mundi*, São Paulo, 13 jul. 2013. Cúpula. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/29980/presidente+eleito+do+paraguai+rejeita+voltar+ao+mercosul+com+venezuela+na+presidencia.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

QUÉES [www.ultimasnoticias.com.ve](http://www.ultimasnoticias.com.ve). *Últimas Noticias*, Caracas. Quiénes somos. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/que-es-un.aspx>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

RUIZ, José Briceño. O Mercosul na política de integração de Venezuela. *Civitas*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 77-96, jan./abr. 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na Política Externa brasileira*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2012.

SARAIVA, Miriam Gomes; RUIZ, José Briceño. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre o Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, DF, n. 52, p. 149-166, 2009.

SERBIN, Andrés. Hugo Chávez: liderança e polarização. In: AYERBE, Luis Fernando (Org.). *Novas lideranças políticas e alternativas de governo na América do Sul*. São Paulo: Ed. Unesp: Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP, 2008. p. 117-152.

VENEZUELA assume presidência del Mercosur. *Últimas Noticias*, Caracas, 5 jul. 2013. Mundo. Disponível em: <<http://www.ultimasnoticias.com.ve/noticias/actualidad/mundo/venezuela-asume-presidencia-del-mercosur.aspx#ixzz2lsEvK2LF>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

WEISSHEIMER, Marco Aurelio. Por que o ingresso da Venezuela no Mercosul incomoda? *Carta Maior*, 4 jul. 2006. Internacional. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Internacional/Por-que-o-ingresso-da-Venezuela-no-Mercosul-incomoda-/6/10900>>. Acesso em: 26 nov. 2013.